



O FIM DA FANTASIA

Desde meados de maio um assunto volta e meia vem à tona. O presidente Bolsonaro compartilhou em sua página pessoal uma carta (melhor dizendo, um textão, de autoria não atribuída) que diagnostica e apresenta uma forma de enxergar o Brasil. A carta indica que o país é ingovernável, que forças diversas estão em permanente conspiração contra o governo e que é por isso que o presidente não conseguiu estabelecer uma agenda clara e com orientação de futuro. Embora traga, em alguns lapsos, correção no diagnóstico, as premissas da missiva são equivocadas.

Explico. Em primeiro lugar, é fato que o atual governo se elegeu no meio de um otimismo dos agentes de mercado. Eles pareciam ignorar todos os sinais emitidos ao longo da carreira do presidente e concentraram-se em acreditar e fantasiar que o Poder Executivo, na pessoa do ministro da Economia Paulo Guedes, poderia colocar suas ideias em movimento sem enfrentar amarras. Ora, isso decorre de dois diagnósticos equivocados. O de que é possível transferir a lógica de gestão empresarial para o governo, de modo a simplesmente atropelar qualquer oposição; e a ideia de que é assim, de fato, que operam as empresas, sem que haja negociações internas nem acomodações de forças com os vários *stakeholders*.

O segundo engano é ter apontado corretamente o corporativismo como um dos problemas que assolam a república, mas acreditar numa solução errônea: mais concentração de poder. Ao contrário, uma das formas de se buscar contrabalançar os efeitos dos grupos organizados é ampliar o alcance da democracia e da participação dos grupos marginalizados.

A CONFIANÇA DO
MERCADO NO
GOVERNO CAI À
MEDIDA QUE SE
DESFAZ O MITO DO
LÍDER COMO ALGUÉM
QUE NÃO DIALOGA E
MANDA DA MANEIRA
COMO DESEJA.

O fechamento do Estado, como já discuti aqui, só favorece a corrupção e priva o governo de vários canais de informação, já que o diálogo com diferentes segmentos oferece dados que podem servir para um melhor diagnóstico da realidade.

A fantasia também é a de que uma pessoa ou um poder, o Executivo, poderia representar de forma definitiva a sociedade. Ora, uma democracia libe-

ral propõe-se ao governo da maioria, mas com o respeito às minorias e aos seus direitos. O povo, entendido como unidade, é sempre uma ficção. As pessoas em um Estado-nação, mesmo nos altamente homogêneos, organizam-se com base em posicionamentos definidos de maneira complexa. Nesse sentido, é o parlamento, em sua complexa articulação de interesses, o poder que melhor representaria o povo, ainda que de forma bastante imperfeita, inclusive pelos diversos vícios trazidos pelo sistema eleitoral (a força do dinheiro, por exemplo).

Não é de se admirar que a confiança no governo e o apoio ao presidente tenha caído de maneira drástica entre os agentes de mercado, como indicam as pesquisas mais recentes. Havia naquela confiança muito *wishful thinking* e pouca análise das complexidades dos cargos que seriam ocupados pelos membros do novo governo. O surpreendente é que pessoas supostamente capazes de analisar cenários complexos, prever riscos contextuais e se preparar para contingências tenham oferecido, além do apoio, confiança sem embasamento. Mas talvez isso seja sintoma do modo como certas pessoas imaginam o lugar do líder: como alguém que manda desimpedidamente, não dialoga e só aceita obediência sem questionamentos.